



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas.

APROPRIAÇÃO DA TEORIA SOCIAL DE MARX PELO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O AMADURECIMENTO DO DEBATE DA ÉTICA

**EVERTON MELO DA SILVA¹
CLARISSA ANDRADE CARVALHO²**

Resumo: Este artigo é produto de uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de apropriação da teoria social de Marx pelo Serviço Social brasileiro e a discussão dos fundamentos ontológicos da ética. As elucidações aqui apresentadas giram em torno dos processos de apropriação (ídeo-política, epistemológica e ontológica) do pensamento marxiano e da tradição marxista a partir do Movimento de Reconceitualização da década de 1960. A discussão atual da ética dentro do Serviço Social é fruto do amadurecimento desse processo de apropriação quando culmina a apropriação ontológica. Por isso, apresenta-se brevemente sobre o complexo da ética a partir dos fundamentos do trabalho e da sociabilidade humana.

Palavras-chave: Fundamentos da ética; Pensamento marxiano; Processo de apropriação; Serviço Social brasileiro.

THE APPROPRIATION OF MARXIAN THOUGHT AND THE ONTOLOGICAL FOUNDATIONS OF ETHICS: SOME THEORETICAL APPROACHES.

Abstract: This article is the product of a bibliographical research on the process of appropriation of Marx's social theory by the Brazilian Social Service and the discussion of the ontological foundations of ethics. The elucidations presented here revolve around the processes of appropriation (ideological, epistemological, and ontological) of Marxian thought and of the Marxist tradition from the Reconceptual Movement in the 1960s. The current discussion of ethics within Social Service is the fruit of Maturation of this process of appropriation when ontological appropriation culminates. Therefore, it is briefly presented on the complex of ethics from the foundations of work and human sociability.

Keywords: Fundamentals of ethics; Marxian thinking; Process of appropriation; Brazilian Social Service.

1 Introdução

O presente artigo é produto de pesquisa bibliográfica sobre Teoria social de Marx, Serviço Social brasileiro e Ética profissional. O objetivo é apresentar algumas reflexões teóricas sobre as formas de apropriação da teoria social de Marx (ídeo-política, epistemológica e ontológica) pelo Serviço Social brasileiro durante o Movimento de Reconceitualização e os fundamentos ontológicos do

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <evertonmsilva@outlook.com.br>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe.

complexo da ética. Torna-se necessário refletir sobre a ética e o pensamento de Marx, pois os estudos sobre tais temáticas ainda são baixos, comparados a outras temáticas da Ciência humanas.

O Código de Ética do assistente social de 1993 expressa o amadurecimento teórico e político do Serviço Social. Teórico porque explicita a abordagem ontológica materialista-histórica do ser social como fundamento e compreensão da realidade a partir da totalidade social, e político por representar um produto do debate coletivo da categoria profissional, uma vez que a revisão do código de ética de 1986, que culminou no código de 1993, ocorreu através de um amplo e denso debate pelas entidades representativas dos assistentes sociais de campo, docentes e estudantes de Serviço Social e pesquisadores de diversas áreas.

A discussão dos fundamentos ontológicos marxiano da ética no Serviço Social vem desde o início da década de 1990, fruto do processo de revisão do código de 1986 e da interlocução crítica com a teoria social de Marx. O complexo da ética perpassa por todas as dimensões da totalidade social, e “suas categorias específicas são aquelas que implicam a sociabilidade orientada por um projeto coletivo, voltado à liberdade e universalização dos valores éticos essenciais – por exemplo, responsabilidade, compromisso, alteridade, reciprocidade, equidade.” (BARROCO, 2007, p. 64).

Para compreender o universo categorial e as principais tendências presentes nas produções teóricas aqui utilizadas, enfatiza-se que o método materialista histórico dialético foi essencial para entender o objeto estudado, pois o método marxiano possibilita capturar as particularidades e mediações do objeto articulados a totalidade concreta (PONTES, 2008), assim, para chegar à essência do objeto, devemos superar sua aparência e, a partir de abstrações, nos aproximarmos sucessivamente de sua estrutura e dinâmica.

2 O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO PENSAMENTO DE MARX PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO³

³ É preciso esclarecer, logo no início desse texto, que as formas de apropriação do pensamento de Marx não foram “etapistas”, nem sem mediações; elas correspondem à

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que emerge em meados de 1960, discutiu, a partir da conjuntura histórica, as bases teóricas, práticas e políticas da profissão, com o objetivo central de romper e transpor com o conservadorismo e o tradicionalismo, através de novas práticas que respondessem às demandas reais da sociedade.

É necessário expor a distinção entre Reconceituação do Serviço Social e Renovação profissional do Serviço Social. A primeira é “constituente do processo internacional de crítica ao tradicionalismo profissional, [e] está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960 [...]” (NETTO, 2005, p. 09); já a Renovação entende-se um

[...] conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2011, p. 131).

O momento da entrada do marxismo no Serviço Social ocorreu com o Movimento de Reconceituação, sendo o primeiro contato com o marxismo pela via da militância política através da tradição marxista, especificamente de pensadores como *Che Guevara* (líder da Revolução Cubana, 1959), *Mao Tse Tung* (líder da Revolução comunista na China em 1949), *Lenin* (revolucionário comunista da URSS de 1917), *Trotsky* (teórico comunista da URSS), *Althusser* (marxista estruturalista). Isto é, os principais pensadores marxistas que adentraram nas reflexões teóricas da profissão possuíam uma trajetória política revolucionária.

Por esse motivo, o Movimento de Reconceituação foi marcado por um militantismo político-questionador e por um espírito revolucionário-transformador, que, “[...] já no despontar da década de 1970 passaram a

conjuntura histórica e aos avanços teóricos realizados pelo Serviço Social brasileiro. As três formas de apropriação aqui apresentadas coexistiram dentro da categoria profissional, uma não exclui necessariamente a outra.

marcar presença no cenário profissional análises e propostas com nítida inspiração marxista numa fratura com suas próprias produções iniciais.” (IAMAMOTO, 2006, p. 210). Obviamente que as configurações sócio-históricas demandavam também uma nova leitura de realidade pelos profissionais.

O processo de Reconceituação contestou o tradicionalismo profissional, esse enraizado nas práticas de cunho prático-empirista, fruto das influências do positivismo no Serviço Social. Entre avanços, impasses e equívocos, que constam nas análises contemporâneas a respeito deste marco histórico, Netto (2005, p. 11-12, grifos originais) aponta que houve uma interlocução crítica com as ciências sociais, “[...] abrindo-se a novos influxos (inclusive da tradição marxista) e sintonizando-se com tendências diversificadas do pensamento social então contemporâneo [...]”.

Com esses avanços teórico-analíticos da categoria profissional, pode-se destacar que a tradição marxista, em seus momentos iniciais, influenciou, principalmente, no posicionamento político do Serviço Social, devido ao conteúdo fortemente ídeo-político do marxismo, conforme apontado acima. Desse modo, o Movimento de Reconceituação “[...] representou um *marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social* no continente. O exame da *primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista* se impõe como um *contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo*”. (IAMAMOTO, 2006, p. 205, grifos originais). Uma das consequências dessa apropriação ídeo-política do marxismo foram as posturas fatalistas e messiânicas da profissão, provocando também um superdimensionamento da função do Serviço Social na sociedade capitalista.

A segunda fase de apropriação do marxismo pelo Serviço Social brasileiro foi a “apropriação epistemológica”. Essa se caracteriza, essencialmente, enquanto uma possível aplicabilidade da teoria social de Marx na prática ou que existiria uma identidade entre teoria e prática, quando na verdade entre teoria e prática não existe uma identidade, isso porque o sujeito nunca é igual ao objeto (existe uma unidade entre teoria e prática, jamais uma possível identidade).

A apropriação epistemológica absorve da tradição marxista o empirismo, reduzindo o marxismo “[...] ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre ‘idealismo’ e ‘materialismo’, ‘ciência’ e ‘ideologia’, ‘teoria’ e ‘prática’, ‘prática teórica’ etc.” (NETTO, 2011, p. 268). Tal apropriação não evidenciou as mediações que particularizam o exercício profissional, provocando problemas como o teoricismo que, até o momento, são recorrentes nas avaliações que se fazem sobre a ruptura com o conservadorismo profissional (IAMAMOTO, 2006).

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p. 37).

Na década de 1980, momento histórico e peculiar para o Serviço Social, os assistentes sociais emergem “[...] na cena social no processo de transição democrática com um *novo perfil profissional e acadêmico*. [Um novo] elenco de problemáticas passou a constar da pauta do debate, submetidas a tratamento teórico-metodológicos e prático-políticos distintos.” (IAMAMOTO, 2006, p. 204, grifos originais). Neste momento histórico tem-se a presença de fontes marxianas (obras escritas por Marx, como O Capital: crítica à economia política) e marxistas “seguras” (por exemplo, obras de Gramsci e Lukács), iniciando o processo de apropriação ontológica da teoria social de Marx⁴.

É preciso destacar que, um dos fatores que contribuiu para o atraso do amadurecimento do marxismo no Serviço Social foi a ditadura militar que, por exemplo, exilou alguns teóricos que poderiam contribuir com o amadurecimento da teoria social de Marx no Brasil, além de dificultar a publicação e divulgação das obras dessa vertente do pensamento social.

⁴ Ontologia é “[...] o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe.” (TONET, 2013, p. 12). E, essa ontologia do ser social não é uma invenção de Marx, “certamente é uma construção teórica, mas, muito antes disso, é uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente.” (TONET, 2013, p. 68). As obras marxianas que contêm, especificamente, essa discussão da ontologia do ser social, principalmente nas obras da juventude são os “Manuscritos econômico-filosóficos”, “Para a questão judaica”, “A sagrada família”, “A ideologia alemã”, além das obras da sua maturidade.

A produção de Marilda Iamamoto⁵, “Relações sociais e Serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” marca uma ruptura no Serviço Social, do ponto de vista da utilização do pensamento de Marx. Se antes, com a apropriação ídeo-política do marxismo, o pensamento era utilizado para fins político-militantistas nas intervenções profissionais, Iamamoto analisou a base da sociedade capitalista – especificamente, o fundamento da produção e reprodução social – e situou o Serviço Social no interior destas relações sociais a partir de uma interlocução crítica, densa e profunda com a teoria social de Marx. Para a referida autora, compreender o significado do Serviço Social, implica entender de forma crítica o movimento das relações sociais, isto é, primeiro compreende tais relações para, em seguida, situar o significado da profissão e como se dá sua entrada e sua função na produção capitalista (IAMAMOTO, 2011). Dessa forma, inicia-se o encontro das obras de Marx com o Serviço Social brasileiro, que possibilita um salto substancial dessa profissão.

Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács; N. Poulantzas; P. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heller, entre outros, além dos ‘clássicos’). (IAMAMOTO, 2006, p. 234-235).

Apesar da presença de obras marxianas entre os principais autores de referência na elaboração profissional, é preciso pontuar que havia dificuldade de uma apropriação qualificada pelo conjunto da categoria dos assistentes sociais, devido aos resquícios latentes da leitura manualesca da Reconceituação. O “grosso” da categoria profissional não possuía o mesmo amadurecimento intelectual de sua vanguarda para compreender a leitura que

⁵ É necessário lembrar que a obra “Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” foi escrita por Iamamoto e Raul de Carvalho, mas, a primeira parte, “Proposta de interpretação histórico-metodológica”, é de responsabilidade exclusiva de Iamamoto, que consta a análise da sociedade capitalista e do Serviço Social a partir da teoria marxiana e dos escritos de Marx.

Marx fez dos fundamentos da sociedade, através do seu método ontológico de compreensão do real.

Essa falta de amadurecimento pela maioria dos assistentes sociais remete à forma como foi introduzido o pensamento de Marx no Brasil, conforme destaca Quiroga (1991, p. 98): “A difusão inicial dos textos desse filósofo [Marx] foi precária e, quase sempre, sua divulgação se fez por meio de interpretações deficientes, que mal correspondiam às questões por ele colocadas”. Considerando esse quadro, a chamada apropriação epistemológica continuou fortemente impregnada na academia embora também possa ser vislumbrada nos profissionais de campo. Isso porque, o marxismo era entendido como um “modelo” aplicável à realidade, onde o assistente social deveria, a partir das leituras dos escritos de Marx e da tradição marxista, modificar a sociedade através de uma ação pautada na teoria revolucionária marxiana. A expectativa de mudar a sociedade “aplicando” tal teoria – sem entender que a ação profissional passa por condutos específicos e bem diferenciados da ação política – é uma herança que o Serviço Social iria carregar por um longo tempo com essa apropriação equivocada: a dos profissionais de campo serem agentes de transformação social através da intervenção profissional.

Contraditoriamente, de fato, com essa apropriação há um hiato indiscutível entre a teoria e a prática. Isso porque os assistentes sociais acreditavam que somente “aplicando” a teoria social de Marx estariam, conseqüentemente, fazendo tal relação, quando essa questão era perpassada por outros mecanismos intervenientes, como as condições e relações de trabalho que, muitas vezes, ao invés de serem vistas como parte do que define o ser em si da profissão, foram vistas como “obstáculos” aos intentos do projeto profissional.

Dessa forma, apesar dos avanços teórico-metodológicos no debate da vanguarda intelectual do Serviço Social com a apropriação ontológica, pode-se afirmar que ainda se reproduz o “marxismo sem Marx” (QUIROGA, 1991; IAMAMOTO, 2006) no conjunto da categoria profissional, não superando inteiramente a apropriação epistemológica da teoria social de Marx. Exemplos disso estão nas constantes dicotomizações entre teoria e prática e na incompreensão da dimensão e dos elementos constitutivos do projeto ético-

político profissional, entende-se que, ainda é incipiente a apropriação da dimensão teórica do projeto ético-político e isso, reflete uma compreensão equivocada e desvirtuada dos seus outros elementos constitutivos. A persistência de uma leitura enviesada dessa teoria social e o modo equivocado como esta apreende a unidade teoria-prática dificulta a percepção das mediações que materializam o projeto ético-político profissional, muitas vezes considerando-o utópico, no sentido distorcido da palavra, como intencionalidades irrealizáveis.

Por outro lado, no processo transitório entre a década de 1980 a 1990, nota-se que uma parcela intelectual significativa começa uma aproximação mais consequente com a teoria social de Marx. Na década de 1990, essa mesma vanguarda avança no sentido de uma apropriação ontológica do marxismo, momento que há uma “[...] incorporação totalizante da obra marxiana, mas também marxista de autores como Gramsci e, mais recentemente Lukács [...]” (SANTOS, 2007, p. 80). Com a apropriação ontológica da teoria social de Marx pôde-se discutir outras dimensões do cotidiano e dar um trato diferenciado a entraves da profissão.

Essa apropriação ontológica do marxismo é perceptível em três documentos legais (Código de ética de 1993, Lei de regulamentação da profissão de 1993 e Diretrizes Curriculares de 1996) que provam um “salto” teórico-metodológico e ético, frutos do acúmulo das décadas precedentes e amadurecimento propiciado pela conjuntura de década de 1990. A categoria profissional realizou uma “[...] inversão necessária ao processo de constituição do ‘concreto pensado’ extrapolando a endogenia da década de 1980 e colocando a sociedade civil no centro do debate. Tal inversão [...] vai captar as mediações que estiveram, em grande parte, ausentes do momento anterior e sistematizá-las no projeto ético-político-profissional”. (SANTOS, 2007, p. 78-79).

Por outro lado, o conjunto da categoria profissional não acompanhou a incorporação dos fundamentos ontológicos expressos no pensamento de Marx, devido, entre outros fatores, às investidas neoliberais e da pós-modernidade na contemporaneidade. Desse modo, a maioria dos profissionais se limita a travar contato somente com autores da tradição marxista do Serviço Social e de

outras áreas, sem ir aos devidos fundamentos marxianos; assimila e reproduz, predominantemente, as leituras de “segunda mão” das obras de Marx, fazendo uma reprodução e uma reinterpretação das ideias desse autor a partir da tradição marxista e não da obra marxiana.

Provocado pelas elaborações de natureza predominantemente acadêmica, o Serviço Social insere em suas discussões categorias marxianas que, até então, não tinham muita visibilidade. Exemplo disso é o tratamento dado à ética profissional na década de 1990, que começa a ser pensada a partir de uma apreensão ontológica, materializada no código de ética de 1993. Após a entrada das obras de Marx e de marxistas contundentes, a exemplo de Lukács, o debate da ética começa a tomar um novo viés sob a base da perspectiva da ontologia materialista histórica.

É preciso considerar que o Código de ética de 1986 expressou um rompimento com a visão neotomomista, que ao negar a base filosófica tradicional (BARROCO, 2007), busca um horizonte crítico para os profissionais. Os fundamentos desse código expressam a ética como interesses de classes, uma vez que, entendiam “[...] a ética da classe trabalhadora como ‘boa’ e a ética da classe dominante como má.” (SANTOS, 2014, p. 100). Desse modo, o código de 1986 não “[...] consegue superar a visão presente no marxismo tradicional: a que reduz a ética aos interesses de classes.” (BARROCO, 2007, p. 175). Essa concepção de ética, sob a luz da tradição marxista, converge com a apreensão do marxismo pela via, estritamente, da teoria revolucionária.

A partir das lacunas do Código de Ética de 1986 foram realizados diversos debates pela categoria profissional para superá-las. Nesse período, alguns autores começam a teorizar sobre o complexo da ética no Serviço Social a partir de uma leitura marxiana-lukacsiana, por exemplo: Netto (2007; 2008), Cortella (2008), Simões (2008) e Paiva (2008)⁶. No entanto, é com

⁶ Devido aos limites desse estudo, não temos o objetivo de apresentar as consonâncias e dissonâncias do debate da ética no Serviço Social, mas temos condições de resumir algumas concepções de autores que estudam essa temática: Netto (2008, p. 23) apresenta a distinção entre moral e ética. “A primeira é um sistema mutável, historicamente determinado, de costumes e imperativos que propiciam a vinculação de cada indivíduo, tomado na sua singularidade, com a essência humana historicamente construída, com o ser social tomado na sua universalidade. A ética, por seu turno, é a análise dos fundamentos da moral, remetendo compulsoriamente à reflexão filosófica ou metafilosófica.” Cortella (2008, p. 49-51) toma a ética inerente “[...] às relações sociais humanas. [Para ele,] a ética não é só relativa à história,

Barroco (1996; 2007; 2008; 2010) que o complexo da ética será tratado de forma expressiva e com veemência a partir da apropriação ontológica do pensamento marxiano, tornando-se, assim, a principal expoente e interlocutora dentro do Serviço Social.

Barroco, em sua tese de doutoramento, *Ontologia social e reflexão ética*, defendida em 1996, proporciona, em primeira mão, a fundamentação teórica apropriada com “[...] um projeto profissional radicalmente crítico, substantivamente democrático, concretamente humanista e orientado para o horizonte histórico do que Marx, em 1844, qualificava como *emancipação humana*.” (NETTO, 2007, p. 10-11, itálicos originais). Isso porque, compreender a ética voltada para a emancipação humana é essencial diante do estágio de barbárie que a sociedade vivencia, onde a condição humana está em um patamar crescentemente degradante; no cotidiano social contemporâneo, exacerbam-se, cada vez mais, a individualidade, o imediatismo, o utilitarismo e o pragmatismo, dimensões que ocultam o horizonte da emancipação humana.

Desse modo, torna-se imprescindível, nesse momento, apresentar a discussão do complexo da ética a partir de autores que dialogam com a perspectiva dos fundamentos da teoria social de Marx no Serviço Social brasileiro.

3 A APREENSÃO ONTOLÓGICA DOS FUNDAMENTOS A PARTIR DA ONTOLOGIA MARXIANA: subsídios para uma compreensão

Barroco (1996; 2007; 2008; 2010), apropriada do pensamento de Marx e Lukács, apresenta, como ponto de partida de análise, o dado ontológico primário da discussão da ética: o trabalho. Esse entendido enquanto

à sociedade e à cultura, mas também às camadas sociais e às diferentes profissões.”. Simões (2008) polemiza sobre o movimento entre moral e ética, anunciando que uma é expressão da outra, apesar de serem distintas. Paiva (2008, p. 108) considera que a ética: “[...] se preocupa com as formas de resolver as contradições entre necessidade e possibilidade, tempo e eternidade, individual e coletivo, interesses econômicos e valores morais, corporal e psíquico, natural e cultural, razão e desejo.”.

fundamento ontológico do ser social, “[...] como pressuposto da existência humana e forma privilegiada de práxis.” (BARROCO, 2007, p. 26).

É com o trabalho que o homem tem a constituição das escolhas e alternativas; essas alternativas são o espaço para a escolha, constituindo, assim, a gênese da liberdade (BARROCO, 2007; 2010). Com a liberdade, tem-se, conseqüentemente, a gênese da ética, essa “[...] situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício de liberdade [...]” (BARROCO, 2007, p. 19).

Torna-se relevante apresentar, neste item, breves considerações substanciais sobre os fundamentos ontológicos da ética, discussão transversal à categoria trabalho, pois, nessa “[...] encontra-se o solo ontológico do valor e, conseqüentemente, dos altos valores, como o direito, a política, a arte e a ética.” (SANTOS, 2014, p. 49).

A partir da abordagem ontológica marxiana-lukacsiana, afirma-se que o trabalho é uma dimensão social humano-genérica. É a categoria que funda o ser social, que por meio dessa diferencia-se dos demais seres (inorgânicos e orgânicos), contrapondo-se ao determinismo biológico. Lukács (2013) em seus estudos sobre a ontologia do ser social, sob a base do pensamento marxiano, enfatiza as relações e os saltos entre o ser inorgânico (processos físico-químicos), orgânico (processo biológico) e social, além de discorrer sobre o afastamento das barreiras naturais pelo ser social. Entretanto, ele alerta que, “é preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente.” (LUKÁCS, 2013, p. 43).

No processo que o homem intervém natureza, não há uma subordinação total dessa a ação homem, uma vez que, ela é ontologicamente insuperável. Por mais que o homem aperfeiçoe o seu trabalho para dominar a natureza, essa sempre será insuprível da realidade, assim, independente da sociabilidade, haverá sempre necessário a intervenção do homem na natureza; essa relação será constantemente um dado necessário na vida dos homens.

Através do trabalho o homem intervém na natureza de forma mediata (MARX, 2013), podendo escolher entre alternativas, de tal modo que começa a

construir sua história⁷, através de escolhas entre alternativas socialmente construídas. Barroco (2007, p. 30) aponta que “a gênese das escolhas e alternativas de valor são indissociáveis da práxis; por isso, são categorias objetivas e históricas.”.

O ser social tem a capacidade de modificar o seu meio e se auto modificar com sua própria ação. O modo como se realiza o trabalho indica o desenvolvimento das forças produtivas e os diferentes modos de produção, isso porque, na medida em que o trabalho é fundante da sociabilidade, é por excelência a primazia na produção e reprodução social. Isto posto, compreende-se que a primeira premissa da história humana é a existência do homem regulando a natureza, movimento necessário para produzir os meios de subsistência, desse modo, ao produzirem seus meios, os homens produzem sua vida material (MARX; ENGELS, 2009).

Os homens fazem a história à medida que agem em resposta às suas necessidades, transformando o meio em que vivem. Os demais seres, devido a sua forma de ser, não agem sobre a natureza a ponto de mudar o seu meio escolhendo entre alternativas; o homem extrapola as possibilidades dadas pela natureza e faz suas escolhas de acordo com as possibilidades criadas pelo próprio homem. A produção de novas necessidades se caracteriza como o primeiro ato histórico (MARX; ENGELS, 2009).

Quando o homem realiza o intercâmbio com a natureza há uma modificação, alteração e elevação substancial das bases naturais do ser social, potencializando-as para a vida em sociabilidade. A partir do trabalho “[...] são tecidas as possibilidades de o homem se comportar como um ser ético: enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações – cada vez mais articuladas –, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo”. (BARROCO, 2010, p. 19).

A essência do trabalho é a unidade entre teleologia (categoria posta) e causalidade (princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo), sendo aquela exclusiva do ser social, isto é, a teleologia só existe no mundo dos homens (LUKÁCS, 2013; LESSA, 2012). Ao contrário dos animais, o homem

⁷ Marx e Engels (2009) afirmam que o homem é um ser em si e para si histórico, isso porque, por meio do trabalho ele faz a história, vive a história e é a própria história, não existindo história sem os homens.

projeta idealmente o resultado antes de iniciar a sua atividade, desse modo, “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.” (MARX, 2013, p. 256).

Por isso, Barroco (2007, p. 27-28, negritos não originais) afirma que:

Por ser consciente, o homem age teleologicamente; transforma suas necessidades e formas de satisfação em novas perguntas; autoconstrói-se como um ser de projetos; torna-se autoconsciente, como sujeito construtor de si mesmo e da história. [...] Por isso, o trabalho é uma atividade teleológica, donde o papel ativo da consciência no processo de autoconstrução humana; o produto objetivo da práxis personifica suas intenções e seus projetos. **Esse é o núcleo gerador da liberdade e da ética.**

A síntese dessa relação entre teleologia e causalidade é a objetivação, pois, ela modifica a realidade (ou cria novas realidades que não existiam), articulando a idealidade da teleologia com a materialidade do real (LUKÁCS, 2013; LESSA, 2012). No processo de objetivação, o homem pode agir a partir de alternativas além daquelas dadas pela natureza, superando, assim, a dimensão imediata do mundo natural. Com isso, o trabalho possibilita o distanciamento do homem das possibilidades imediatas da natureza.

Ao materializar a teleologia na realidade, acontece, simultaneamente, a exteriorização do ser social. De acordo com Lessa (2007, p. 39), “a exteriorização é fundada pela distinção concreta, real, ontológica (isto é, no plano do ser) entre o sujeito e o objeto que vem a ser pela objetivação de uma prévia-ideação.”. Em outros termos: no processo objetivação/exteriorização a consciência elabora a transformação da causalidade dada (natureza) em causalidade posta, originando, assim, a sociabilidade humana (LUKÁCS, 2013; LESSA, 2012).

No movimento objetivação/exteriorização, os indivíduos são confrontados a fazerem escolhas entre alternativas diferentes. A alternativa, além de ser um ato da consciência, promove a dimensão do valor (LUKÁCS, 2013, LESSA, 2012; BARROCO, 2007). Isso porque, ao escolher entre alternativas concretas, o homem age a partir de valores. Com base na perspectiva da ontologia materialista histórica, sabe-se que os valores não são

abstratos, são objetivos; constituídos de uma construção histórica feita pelos homens à medida que atendem as suas necessidades. Dito de outra forma, em todas as ações dos homens há a dimensão da valoração, e essa não deve ser entendida apenas como uma derivação da subjetividade humana, ela deve ser compreendida também a partir sua existência material (BARROCO, 2007).

Os valores estabelecem mediações entre o homem e o objeto, ou seja, os valores são transversais ao processo de interação homem/objeto, e esse objeto é valioso tanto para o criador, quanto para o homem tomando em sentido genérico, pois, ele expressa as capacidades teóricas e práticas de todos os homens, constituindo-se, assim, como objetivações genéricas, uma vez que, o indivíduo é simultaneamente um ser singular e ser genérico (BARROCO, 2007).

Devido à vinculação ontológica entre valor e liberdade, essa “é – simultaneamente – *capacidade de escolha dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas.*” (BARROCO, 2010, p. 28, itálicos originais). No pensamento marxiano, as alternativas e as possibilidades devem ser concretas para ser escolhidas.

Essa concepção de liberdade supõe sua consideração como capacidade humana, resultado da atividade humana que responde e (re)produz necessidades, constituindo-se nessa dialética entre o que é necessário e possível historicamente. A liberdade é, ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas. (BARROCO, 2007, p. 59-60).

A liberdade, além de ser uma manifestação objetiva, sendo um dado ontológico concreto, constitui-se enquanto a gênese da ética, por isso, essa é considerada uma práxis e não apenas uma dimensão do ideal, “[...] supondo, portanto, uma prática concreta e uma reflexão ética crítica.” (BARROCO, 2007, p. 64). Por isso, Barroco (2007, p. 19) compreende que a ética é “[...] uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre.”.

A moral se manifesta no desenvolvimento da sociabilidade, na socialização dos indivíduos, respondendo a necessidade prática de existir normas e deveres, garantindo, assim, a convivência social (BARROCO, 2007). Desse modo, a moral se constitui enquanto relação entre o indivíduo singular e as exigências genérico-sociais, estabelecendo a mediação valorativa entre o indivíduo e a sociedade, por isso, ela é parte fundamental da vida cotidiana (BARROCO, 2007).

Esse valor, constituído historicamente, pode ser negativo ou positivo, bom ou ruim. A coragem na sociedade antiga, por exemplo, era um valor positivo, pois ela expressa a habilidade de confrontar situações difíceis, com isso, passa a ser uma norma abstrata que se torna, em tempos difíceis, uma norma concreta (um dever) pois ser corajoso é o homem que enfrenta os desafios sem medo

4 CONCLUSÃO

É a partir das escolhas entre alternativas concretas, orientadas a um *dever-ser*, que o homem adquire à sociabilidade, à consciência, à universalidade e à liberdade, elementos essenciais do ser social, esses elementos “[...] são mediações entre os indivíduos e o gênero humano, perpassando por todas as esferas, podendo se desenvolver mais em umas e menos em outras.” (BARROCO, 2007, p. 28). A consciência, enquanto capacidade específica do homem e uma das dimensões que supõe o trabalho, é a capacidade racional e valorativa, que possibilita o conhecimento da realidade (BARROCO, 2007). Desse modo, com base nesses breves pressupostos substanciais, pode-se afirmar que a ética é a sistematização das objetivações morais, versando sobre a consciência com o humano-genérico.

Portanto, a partir da argumentação apresentada, sabe-se que a entrada da teoria social de Marx no Serviço Social enriqueceu as suas análises metodológicas, redirecionou politicamente o compromisso profissional, afirmando-o articulado aos interesses da classe trabalhadora, e trouxe

mudanças no trato com a ética, isto é, a teoria social de Marx propiciou ao Serviço Social compreender substantivamente os nexos constitutivos dos fundamentos da ética.

Com a apropriação ontológica do pensamento de Marx, o Serviço Social pôde entender o trabalho enquanto capacidade única e exclusiva do ser humano. Desse modo, é no processo objetivação/externalização que o homem age, a partir de valores, entre alternativas concretas; essas constituídas como espaço para as escolhas possibilita a gênese da liberdade (modo de ser concreto do homem), donde surge o complexo da ética. É neste sentido que o Serviço Social compreende a ética como uma práxis, enquanto capacidade humana, que perpassa por todas as esferas da totalidade social, intermediando o singular e o genérico.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, M. L. **Ontologia Social e Reflexão Ética**. 1996. 304f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 71-86.
- _____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CORTELLA, M. S. O espaço da ética na relação indivíduo e sociedade. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 49-59.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-40
- LESSA, S. **O mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideológica alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, ano XXVI, p. 05-20, nov. 2005.

NETTO, J. P. Prefácio. In: **ÉTICA e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Ética e crise dos projetos de transformação social. . In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, B. A. Algumas considerações sobre a ética e valor. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 105-110.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, D. R. **Os fundamentos ontológicos da ética e as suas configurações no debate teórico do Serviço Social**: um estudo introdutório a partir de György Lukács. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas, Pós-graduação em Serviço Social, Alagoas: UFAL, 2014.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, C. A ética das profissões. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 60-70.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.